

ECONOMIA REGIONAL

OS NOVOS RUMOS DA INDÚSTRIA NA BAHIA¹

Simone Uderman

Consultora do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Projeto Iniciativa Pelo Nordeste, Mestre em Economia (UFBA) e Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Vladson Bahia Menezes

Consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Grupo Executivo do Projeto Iniciativa Pelo Nordeste, Mestre em Economia (UFBA) e Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

RESUMO:

Constata que o Estado da Bahia vive hoje um momento de inflexão, marcado pelo esgotamento de um ciclo de desenvolvimento industrial e pela possibilidade de estruturação de um novo modelo de crescimento econômico. Os contornos desse novo ciclo de industrialização, contudo, ainda não foram definidos. Embora se delineiem alguns eixos possíveis de expansão da indústria e se esbocem algumas ações seletivas de apoio ao desenvolvimento e à atração de investimentos, há muito mais dúvidas do que certezas quanto às perspectivas e ao novo desenho do setor industrial da Bahia. Discute essa nova configuração, partindo do pressuposto de que a atração dos novos investimentos, além de consolidar uma fase expansiva para a economia estadual, cria oportunidades para que se redefinam as bases produtivas setoriais e o ordenamento espacial das atividades. Analisa a distribuição geográfica e setorial dos investimentos previstos no Estado, de modo a verificar a tendência em termos de concentração/desconcentração da atividade econômica nos próximos anos.

PALAVRAS-CHAVE:

Bahia; Economia; Indústria; Investimentos; Distribuição Setorial; Distribuição Espacial.

¹ O presente trabalho é uma versão resumida do capítulo UDERMAR, Simone, MENEZES, Vladson Bahia. *O Novo Ciclo de Industrialização*. In: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. **A Indústria Baiana nos anos 90**. Salvador, 1998. Os autores agradecem ao Ministro Waldeck Ornelas e ao Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, Luiz Carreira, pelas sugestões e observações, e a José Carlos Oliveira, por dirimir dúvidas referentes aos dados da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM).

1 - INTRODUÇÃO

A tese de que a economia baiana vive um momento de transformação, marcado pela perspectiva de consolidação de um novo modelo de crescimento, encontra eco na maioria dos grupos de discussão sobre o tema, tornando-se quase que unanimidade em um ambiente usualmente marcado por fortes controvérsias. A definição dos contornos de um novo ciclo de industrialização, contudo, ainda carece de maior rigor. Embora se delineiem alguns eixos possíveis de expansão da indústria e se esbocem algumas ações seletivas de apoio ao desenvolvimento e à atração de investimentos industriais, há mais dúvidas do que certezas quanto às perspectivas e ao novo desenho do setor industrial da Bahia.

Tais inseguranças derivam, sobretudo, das dificuldades inerentes ao esforço de implementação de uma política de desenvolvimento industrial consistente, marcada por um novo modelo de intervenção do Estado, por uma maior participação dos agentes privados e pelo estabelecimento de condições de competitividade sistêmica. A globalização - com sua outra face, a formação de blocos econômicos regionais -, as novas tecnologias e a busca, em nível nacional, da definição de uma nova ordem institucional têm, naturalmente, impactos sobre a configuração espacial da economia. Neste panorama, acirra-se a concorrência entre os diversos estados por novos investimentos, na busca de uma posição privilegiada e sustentável no modelo econômico em formação.

Analisar as perspectivas da economia baiana perante este cenário, identificando as prováveis transformações na estrutura produtiva e na espacialização da indústria, é o principal objetivo deste artigo. Para tanto, é feita, no item 2, uma breve descrição do desenvolvimento recente da Bahia, com ênfase no seu ritmo de crescimento e nas relações existentes entre essa evolução e o futuro próximo da economia estadual. Em seguida, busca-se caracterizar os condicionantes do desenvolvimento da Bahia, seja em termos de mudança do quadro institucional que delimita as ações dos agentes econômicos, seja no que se refere aos novos parâmetros competitivos, delineados pela globaliza-

ção e pelo conjunto de fenômenos que lhe acompanha (item 3).

Visualizados os principais condicionantes, empreende-se uma avaliação de tendências com vistas a detectar possíveis modificações na estrutura setorial (item 4) e na distribuição espacial da indústria baiana (item 5). Para tanto, são utilizadas informações divulgadas pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM)², agrupadas setorial e espacialmente pelos autores com o propósito de identificar os principais vetores de transformação - as sementes de uma nova realidade econômica na Bahia. Por fim, no item 6 encontram-se reunidas as considerações finais do trabalho.

2 - A EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA BAIANA

Durante a década de 70, a economia baiana ampliou significativamente a sua participação nos indicadores nacionais de produção, com base em instrumentos e programas regionais definidos nos seguidos planos de ação governamentais executados - principalmente nos projetos que compunham o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Esse instrumental sustentou os primeiros investimentos realizados no Pólo Petroquímico de Camaçari, que mudaram o perfil da indústria baiana e contribuíram para a constituição de um importante parque industrial no Estado, centrado na produção de bens intermediários. É importante registrar que, já na etapa final do modelo de substituição de importações, a implantação da indústria petroquímica e também da siderurgia/metalurgia consolidou, para a economia baiana, um papel complementar ao parque industrial produtor de bens finais instalado majoritariamente no Sudeste do País (MENEZES, 1995). Esse perfil viabilizou-se, sobretudo, a partir do processo de integração do mercado nacional, polarizado pelo Estado de São Paulo, que favoreceu o desenvolvimento de especializações regionais, abrindo espaço para a criação de complementari-

² O constante anúncio de novos investimentos, bem como a possibilidade de retificação dos números já divulgados, dão a este levantamento um caráter de aproximação da realidade. De todo modo, ele serve como balizador dos movimentos previstos para a indústria baiana nos próximos anos.

dades entre as regiões - processo do qual se beneficiou a Bahia. Assim, no contexto de integração nacional, a economia baiana teve uma dinâmica marcadamente exógena, dependente que era de um mercado externo ao Estado.

O fôlego do ciclo de industrialização dos anos 70 ultrapassou a virada da década e deixou marcas positivas no desempenho industrial da Bahia na primeira metade dos anos 80. Apesar das dificuldades transmitidas através dos programas de ajuste implementados pelo Governo Federal, a economia baiana conseguiu manter, no período, índices de expansão satisfatórios, fundamentalmente em função da continuidade dos investimentos realizados no segmento petroquímico³ e em algumas empresas de base sidero-metalúrgica. Ao mesmo tempo, o início da desaceleração econômica provocada pelo segundo choque do petróleo, pela crise da dívida externa brasileira e pela subordinação dos planos de desenvolvimento aos objetivos de estabilização de preços arrefeceu os indicadores nacionais. A resultante desses dois vetores foi um aumento da participação relativa da Bahia no Produto Interno Bruto (PIB) e no valor da produção industrial brasileiros.

Ao final da primeira metade da década de 80, o esgotamento do ciclo de desenvolvimento que se prolongou no Estado em função da implantação tardia do conjunto de indústrias mencionado provocou uma reversão na trajetória de expansão da participação relativa da Bahia nos agregados de produção nacionais. Segundo trabalho do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), entre 1985 e 1994, o índice de participação percentual do PIB da Bahia no PIB do Brasil caiu de 5,21% para 4,78%. Considerando-se apenas o valor da produção industrial a queda foi ainda maior: de 5,22%, em 1985, para 3,58% nove anos mais tarde.

Estes indicadores, reflexos da conclusão do conjunto de investimentos concebido e iniciado du-

³ Outro elemento que ajudou a impulsionar a economia baiana na primeira metade da década passada foi o bom desempenho exportador das empresas petroquímicas, que, diante da desaceleração da economia brasileira, lograram deslocar parcela da sua produção para o mercado externo e obter bons indicadores de performance.

rante o ciclo de desenvolvimento anterior, incorporaram ainda o movimento de decadência de algumas das atividades econômicas que sustentaram a Bahia pré-industrial, como a produção do sisal, do algodão, da mamona e, sobretudo, do cacau. De certa forma, indicam a exaustão dos antigos modelos de suporte ao crescimento econômico e o envelhecimento das tradicionais ferramentas de intervenção do Estado.

Paralelamente, a crise dos anos 80 foi marcada, em nível nacional, pela progressiva incapacidade de atuação do Estado, que, seja pelas crescentes dificuldades financeiras que vivenciou, seja pela premente necessidade de combater a inflação, voltou as suas ações de política econômica para questões de curto prazo. Isto resultou numa deterioração dos mecanismos e das instituições de desenvolvimento regional e na inexistência de uma política capaz de desencadear um processo de desconcentração espacial da economia brasileira, beneficiando, naturalmente, a economia baiana. Posteriormente, já na primeira metade da década atual, a abertura econômica significou um acirramento da concorrência para as empresas brasileiras, que se viram obrigadas, num primeiro momento, a modernizar-se e adaptar-se aos novos paradigmas concorrenciais. Grandes investimentos de expansão da capacidade produtiva, definitivamente, não foram a regra desse período. Nesse contexto, até pelo maior porte de suas empresas e pela sua maior capacidade de reação, o Sudeste avança mais rápido do que o conjunto da economia brasileira.⁴

Não se pode esquecer, contudo, que, apesar de chegar efetivamente a termo em meados da década de 80, apontando a premente necessidade de reestruturação das bases de sustentação de uma outra etapa de expansão industrial no Estado, o modelo anterior deixou como legado as sementes de um novo ciclo. As intensas transformações qualitativas ocorridas na economia estadual, ao longo dos anos 70, e os seus reflexos positivos sobre a estrutura industrial e de serviços (tanto de atendimento à indústria emergente quanto à nova classe média formada em função dessa indústria), nos

⁴ Vale lembrar que todas as demais regiões reduzem a sua participação relativa no PIB do Brasil no início desta década, e a Bahia não foi exceção.

primeiros anos da década seguinte, terão, sem dúvida alguma, um importante papel na sustentação de um movimento acelerado de expansão da economia baiana nos próximos anos. A concentração de infra-estrutura na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e nos eixos de ligação entre essa área, o Sudeste e os demais estados do Nordeste, assim como a base produtiva instalada - petroquímica e, em segundo plano, metalúrgica -, terão, ao lado de outros fatores, expressiva importância na evolução futura da economia baiana.

Além disso, no interregno que compreende a última metade dos anos 80 e o início da década de 90, a emergência de segmentos econômicos modernos, movidos, entre outros fatores, por oportunidades relacionadas à disponibilidade de recursos naturais no Estado, destaca-se como importante elemento de suporte ao novo ciclo. As atividades ligadas ao cultivo e industrialização da soja, na Região do Oeste baiano (associada ao movimento de migração da cultura de grãos para os cerrados brasileiros), a produção de papel e celulose, nos municípios do Extremo-Sul do Estado, e mesmo a fruticultura irrigada, no Submédio São Francisco, são exemplos desse fenômeno. Significativamente voltados para o mercado externo⁵, esses empreendimentos, embora associados a movimentos econômicos distintos, começaram a estruturar-se sobretudo a partir da iniciativa privada, sem grandes interferências governamentais, seja em nível federal ou estadual⁶.

Constituíram-se, então, num período de redução do dinamismo econômico estadual, atividades que, de certa forma, potencializam hoje uma inserção distinta da economia baiana nas economias brasileira e mundial. Agora sob novas bases, o potencial competitivo desses setores, e mesmo de outros, no mercado internacional pode ser uma das

⁵ Mesmo as atividades vinculadas à cadeia da soja, cujo principal mercado está no País, exportam parcela não desprezível de sua produção.

⁶ Embora o sucesso da fruticultura no Submédio São Francisco esteja atrelado à implantação dos projetos de irrigação do Governo Federal, depende também de uma série de vantagens competitivas criadas pela ação das empresas que atuam na área.

âncoras do desenvolvimento econômico baiano nos próximos anos.

Por fim, também nos primeiros anos da década de 90 começa a organizar-se um outro conjunto de fatores, que certamente terá importante papel a cumprir na rota de expansão econômica da Bahia. Esse conjunto é formado, de um lado, pela ainda incipiente modernização do aparelho estatal e pelo saneamento das finanças públicas, que se apóiam em algumas mudanças introduzidas pela Constituição de 1988. De outro lado, destacam-se a retomada de investimentos do Governo Estadual⁷ em infra-estrutura e o estabelecimento, também ainda em bases iniciais, de uma atitude pró-ativa, por parte do Estado, na atração de investimentos e no estímulo à competitividade da indústria instalada⁸.

3 - OS CONDICIONANTES DE UM NOVO CICLO

A evolução futura da economia baiana depende, naturalmente, das condições atuais da sua infra-estrutura e do parque produtivo instalado, mas há também condicionantes de ordem geral, relacionados ao ambiente econômico em que o Estado se insere, que vêm sofrendo importantes transformações. Em âmbito nacional e internacional operam-se modificações cujas efetiva amplitude e reais implicações só recentemente começaram a ser percebidas. Em nível internacional, a globalização gera impactos nos padrões de concorrência e, por

⁷ O Estado, financeiramente equilibrado, passou a ter acesso a linhas de financiamento de instituições multilaterais de desenvolvimento, o que possibilitou a execução de alguns projetos de infra-estrutura, com destaque para o Programa de Corredores de Transporte da Bahia, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que implantou diversas estradas vicinais, troncais e secundárias, sobretudo no Oeste.

⁸ O procedimento ativo não se refere apenas à implantação dos programas de incentivo fiscal que se disseminaram no País. O governo estadual, através de seus representantes no Congresso, vem liderando uma articulação em busca do estabelecimento de políticas diferenciadas, em prol das regiões menos desenvolvidas. Além disso, foram criados alguns programas de apoio à competitividade, em parceria com o setor privado.

consequência, na alocação espacial dos investimentos. É importante registrar, como observa COSTA FILHO (1996), que as novas tecnologias que acompanham a globalização, de certa forma “nulificam o espaço”, no sentido de que as informações passam a se deslocar em tempo real⁹. Isso favorece, de um lado, uma desagregação do processo produtivo, que pode se distribuir entre diversos países e/ou regiões, orientado pelas vantagens competitivas de cada área. De outro lado, como também reconhece FARREL (1996), o advento de sistemas de fabricação flexíveis, as novas tecnologias da informação e a maior divisibilidade das escalas de produção, com a conseqüente redução dos *sunk costs* para a maioria dos investimentos, ocasionam uma maior mobilidade dos fatores e, por conseguinte, dos negócios em geral¹⁰ - o que, naturalmente, acirra a competição interespaçial por investimentos.

Esses fenômenos criam oportunidades para países e regiões não tradicionais, embora haja a necessidade de construção de vantagens capazes de propiciar um efetivo aproveitamento das portas que se abrem. Aliado a isso, um fator positivo, que não deve ser esquecido, é que, em boa parte dos casos, estes países e/ou regiões não contam com determinadas deseconomias de aglomeração nem teriam que sucatear precocemente investimentos de porte para se adaptarem às exigências da globalização, o que evita problemas associados à necessidade de uma reconversão produtiva. O pleno aproveitamento das oportunidades, com a conseqüente capacidade de atração de investimentos, depende, porém, da habilidade para construir um tecido sócio-econômico apto para manter e aperfeiçoar as atividades econômicas regionais ao longo do tempo.

⁹ Isso não significa que as características do espaço geográfico no qual se instalam as atividades produtivas são neutras. Ao contrário, como será visto mais adiante, a necessidade de interação entre as empresas pode reforçar a sua concentração em ambientes que dispõem de externalidades. Acontece, porém, que as maiores facilidades de transmissão de informações amplia as opções locais das empresas.

¹⁰ A exceção, em termos de fatores de produção, está na dotação de recursos naturais, que, embora tenha perdido importância, continua sendo a base de apoio de determinadas atividades econômicas.

O sucesso desta estratégia implica a identificação dos fatores necessários para atingir tal intento na economia globalizada. Boa parte dos analistas vinculam as novas tecnologias a requisitos locais não tradicionais, que resultam de uma nova forma de organização espacial da indústria. Desse modo, são identificadas como relevantes as economias externas e a complementaridade e as transações entre plantas (DINIZ & CROCCO, 1996), que implicam uma maior proximidade espacial dos empreendimentos - afinal, é fundamental que haja contato direto, articulações estratégicas e troca de informações, fortalecendo os distritos industriais com especialização flexível, que têm uma dinâmica predominantemente endógena. COURLET (1993) aponta, neste panorama, a importância dos Sistemas Industriais Localizados (SIL), definidos como uma “...configuração de empresas concentradas em um espaço de proximidade em torno de um ou de vários setores industriais. As empresas interagem entre si e com o meio sócio-cultural de inserção. Essas relações não são apenas mercantis, mas também informais, e geram externalidades produtivas para o conjunto das empresas” (COURLET, 1993).

Isto vincula-se diretamente aos chamados novos fatores locais. Neste quadro, pode-se afirmar que são elementos vitais para um bom desempenho econômico de qualquer Região a existência de externalidades - infra-estrutura, força de trabalho qualificada, base produtiva relativamente complexa, universidades, centros de pesquisa, ambiente empresarial adequado etc. É preciso, entretanto, esclarecer que a existência genérica desses fatores deve somar-se a sua especialização, no sentido de adaptação às atividades econômicas locais. Nas palavras de PORTER (1993), precisa-se “...não apenas de infra-estruturas gerais, mas também de infra-estruturas especiais, adaptadas às necessidades de indústrias particulares”. A disponibilidade desses fatores cria, em tese, um panorama favorável não apenas à atração de capitais, mas ao contínuo desenvolvimento das atividades econômicas, devido a um processo constante de inovações tecnológicas e organizacionais, propiciado pelos laços de parceria existentes entre os diversos agentes e pela manutenção e desenvolvimento das externalidades citadas.

É evidente que, no panorama econômico atual, todas essas observações são válidas, o que leva à conclusão de que elementos como mão-de-obra barata, abundância de recursos naturais, incentivos fiscais etc., - em suma, os fatores locacionais tradicionais - perdem relevância. É preciso, entretanto, relativizar essa observação. O processo competitivo, embora dominado por tendências genéricas, não é monolítico. A literatura de Organização Industrial e mesmo os autores neo-schumpeterianos, que enfatizam a importância da inovação como motor da concorrência, reconhecem a existência de diferentes padrões de concorrência setoriais (POSSAS, 1985) e de incorporação de progresso técnico (PAVITT, 1984). A descrição e análise das tipologias oferecidas por esses autores foge ao escopo desse trabalho, mas deriva daí uma lição: os elementos que garantem a competitividade podem variar em função dos padrões competitivos da atividade econômica em questão.

Dessas considerações, pode-se afirmar que fatores como o ritmo e as fontes das inovações, padrões organizacionais, padrões técnico-produtivos (economias de escala e escopo, características e importância da matéria-prima etc.) e outros condicionam também as exigências locacionais de um determinado conjunto de empreendimentos. Não se pretende, com isso, ignorar que há condicionantes sistêmicos genéricos que são requisitados por todos - até em função do fato de que a globalização traz consigo o acirramento da concorrência e, ao menos tendencialmente, a unificação dos mercados -, mas não se pode deixar de reconhecer que o peso relativo desses elementos varia de acordo com o setor, possibilitando que regiões menos providas dos atributos sistêmicos mais comumente associados à globalização possam, via especialização, experimentar um significativo desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, à medida que determinadas regiões encontrem nichos de competitividade em que possam se especializar, uma estratégia interessante é a criação de mecanismos capazes de propiciar uma progressiva agregação de valor à produção regional - isto é, criar externalidades adaptáveis ao perfil produtivo que se quer desenvolver -, po-

do incluir e até mesmo privilegiar, a depender do setor e do grau de evolução dos empreendimentos, os chamados fatores locacionais tradicionais. Pode-se, assim, ao longo do tempo, migrar de atividades de menores conteúdo tecnológico e exigências competitivas para outras mais modernas, adensando progressivamente o tecido econômico regional.

O fato é que, baseada em constatações de ordem empírica, MARKUSEN *apud* DINIZ & CROCCO (1996) afirma que a capacidade de algumas áreas sustentarem um crescimento industrial em um ambiente cada vez mais integrado e competitivo pode ser função de outros fatores que não a existência de uma rede de firmas inovadoras e especializadas. Muitas vezes, é de fundamental importância o papel desempenhado pelas instituições e pelas facilidades governamentais ou locais, firmas líderes, filiais de corporações multinacionais, mercado e relações de trabalho, e mesmo a própria trajetória industrial da Região, que pode não se enquadrar dentro da concepção de industrialização flexível e desintegração vertical. Isso ajuda a explicar porque determinadas regiões menos desenvolvidas têm registrado elevadas taxas de crescimento. Particularmente importante é a ação governamental, incluindo aí os instrumentos de negociação do Estado com a classe empresarial local e com empresários virtualmente interessados em estabelecer-se na Região.

A principal conclusão que se extrai das observações anteriores é a de que o desenvolvimento regional, que requer a contínua realização de investimentos e agregação de valor à estrutura produtiva, embora deva se basear em determinados parâmetros, não segue regras fixas. Trata-se de, considerando a base produtiva e as externalidades vigentes, identificar nichos de especialização e procurar adaptar o ambiente econômico ao pleno desenvolvimento desses nichos, num contexto que deve envolver fortes relações de parceria entre os setores público e privado.

Discutidos esses fatores de ordem geral, torna-se importante verificar como o Brasil se insere na economia globalizada. A partir da implementação do seu bem-sucedido programa de estabiliza-

ção de preços, o País começou a destacar-se enquanto espaço econômico propício à atração de novos investimentos produtivos. A maior fluidez do capital internacional, decorrente do movimento de abertura das economias nacionais e do processo de globalização em curso, por sua vez, tem disponibilizado uma crescente massa de recursos à cata de oportunidades de investimento em quaisquer territórios que apresentem perspectivas interessantes de geração de resultados. Tudo indica estar em sua fase inicial um novo ciclo de investimentos no País, detonando uma intensa concorrência entre os diversos espaços e subespaços econômicos.

Paralelamente, a adoção do Plano Real liberou uma demanda reprimida de parcela significativa da população, que deixou de sofrer os efeitos do imposto inflacionário e passou a ter acesso ao mercado de consumo. Esse impacto tem sido particularmente forte no Nordeste - devido ao baixo nível de renda de sua população, associado à elevada concentração da renda regional -, estimulando a realização de investimentos para atender ao mercado emergente.

Ainda em nível nacional, é importante salientar que a própria abertura da economia tem impactos espaciais. Num primeiro momento, como já foi dito, a reestruturação produtiva posta em marcha para enfrentar um mercado mais competitivo foi, em função da densidade empresarial do Sudeste, implementada sobretudo nessa Região, com resultados positivos em sua participação no PIB brasileiro. Entretanto, já no início do processo de abertura, alguns setores implantados no Sudeste e no Sul (têxtil e calçados, principalmente), caracterizados por uma elevada intensidade em mão-de-obra e por uma concorrência baseada principalmente em custos, sofreram fortemente os impactos da redução das barreiras às importações, que resultaram na penetração massiva de produtos asiáticos no mercado brasileiro. Como reação, está em andamento um movimento de migração de empresas em direção a certas áreas do Nordeste, objetivando a sua permanência no mercado via redução de custos - o que ocorre através de incentivos fiscais e da possibilidade de redução do custo da mão-de-obra, não

só pelos menores salários como pela maior flexibilidade das relações de trabalho¹¹.

Evidentemente, os impactos espaciais não se esgotam por aí. Há significativos investimentos que têm procurado as regiões mais desenvolvidas do País. DINIZ & CROCCO (1996) afirmam estar em curso um processo de reversão da desconcentração ocorrida a partir dos anos 70 - ou, pelo menos, um estancamento de tal movimento. Segundo os autores, estaria em marcha uma tendência à reconcentração na região que vai do centro de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul. Para eles, "as mudanças tecnológicas e organizacionais e a conseqüente emergência de novos setores industriais tende a restringir o processo de desconcentração macroespacial, retendo o crescimento em cidades de porte médio, próximas às grandes capitais do Centro-Sul ou mesmo em áreas metropolitanas menores nessa Região" (DINIZ & CROCCO, 1996). Assim, características inerentes aos parâmetros competitivos impostos pela globalização, com a expansão de atividades tecnologicamente modernas, concentram o crescimento na área mais industrializada do País, embora com um padrão ligeiramente distinto do anterior - posto que a nova indústria estaria se localizando nas proximidades, mas não dentro das duas principais regiões metropolitanas, justamente para fugir das deseconomias de aglomeração.

Segundo os autores, também contribuem para a consolidação desse quadro a criação do Mercosul, que concentra o fluxo de comércio e, sobretudo, de investimentos no Centro-Sul do País; as recentes políticas de estímulo às exportações, decorrentes das dificuldades relacionadas às contas externas, posto que mais de 80% das exportações brasileiras saem dessa Região; a redução da importância dos recursos naturais na localização industrial; a mudança do papel do Estado; e a própria abertura da economia, que, ao impulsionar a busca de competitividade, beneficia as regiões que reúnem melhores condições de infra-estrutura, mercado de consumo e de trabalho.

¹¹ Em geral, ocorre uma migração das plantas para o Nordeste, ficando as atividades que exijam habilidades mais avançadas na região de origem.

Apesar da solidez da argumentação dos citados analistas, outros elementos apontam para a possibilidade de alteração, ao menos no sentido de ampliação, desse eixo. RODRIGUES (1997), analisando os principais investimentos anunciados em 1996 para a economia brasileira no período 1996-2000, verifica uma ampliação do polígono de Diniz (BH-Uberlândia-Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-BH) no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Vitória e, com menor ênfase, na rota da BR-101 até Salvador (Aracruz, Eunápolis, Itapetinga, Ilhéus e Região Metropolitana de Salvador). A autora, apesar de reconhecer a relevância dos fatores que induzem à concentração, afirma que determinados efeitos do Plano Real - crescimento do mercado, redução da incerteza e retomada dos investimentos em infra-estrutura - mudaram as condições que favoreciam a reconcentração no grande polígono.

Destacando o aumento das disparidades intra-regionais - algo, aliás, admitido por DINIZ & CROCCO (1996), além de ALBUQUERQUE & GOMES (1996), RODRIGUES (1997) aponta como outros elementos capazes de induzir a atração de empresas, contribuindo para mudar a configuração do polígono, os incentivos fiscais, o crescimento do mercado regional, o custo de mão-de-obra e a existência de vantagens locais específicas. É importante observar que a autora identifica setores que, por características concorrenciais, tendem a privilegiar determinados fatores locais tradicionais, procurando localizar-se em áreas não incluídas no polígono de Diniz. Embora sem avançar na argumentação, e considerando a possível existência de falhas em seu levantamento de investimentos, a principal conclusão que se pode tirar de tais observações é que, a partir de determinados aspectos do processo atual de definição local de empreendimentos, há possibilidades de se conseguir uma maior abrangência geográfica da área mais dinâmica do País, seja pela incorporação de espaços adjacentes, seja pela identificação de subespaços dinâmicos em outras regiões - já que, como os principais autores admitem, as regiões apresentam forte heterogeneidade em termos de desenvolvimento.

Na realidade, para compreender e potencializar esse movimento, deve-se retomar alguns ele-

mentos anteriormente citados. Como foi dito, embora seja desejável para as diversas atividades econômicas a existência de externalidades genéricas não tradicionais, não se pode esquecer dois elementos que, a depender do setor, têm um importante papel a cumprir na localização dos investimentos: a especialização dos fatores não tradicionais (não basta ter centros de pesquisa, é preciso especializá-los nas atividades econômicas que se deseja desenvolver) e a existência de fatores locais tradicionais, que são importantes em muitos setores. Ou seja, a atração de investimentos depende de um *mix* de elementos que, combinados de distintas maneiras, poderão propiciar crescimento e desenvolvimento econômico.

No caso específico do Nordeste, é possível identificar setores com elevado potencial competitivo na Região, ultrapassando o binômio turismo-agricultura irrigada. Entretanto, é preciso criar um ambiente favorável a tais setores, o que exige novos investimentos em infra-estrutura. É interessante registrar que, a partir dos levantamentos de investimentos feitos recentemente (RODRIGUES, 1997; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1996), as disparidades intra-regionais tendem a crescer no Nordeste, com reforço da Bahia e do Ceará, que são justamente os estados que detêm os melhores atributos sistêmicos não tradicionais, sem deixar de lado vantagens associadas a custo de mão-de-obra, incentivos fiscais regionais e, no caso baiano, recursos naturais. Mais importante ainda é o fato de que começa a surgir na Região um novo tipo de indústria (bens finais mais diversificados), que se beneficia de incentivos fiscais, sem abrir mão de fatores locais mais avançados. Por isso mesmo, a Bahia e, em seguida, o Ceará têm sido os principais pólos de atração dessa indústria.

Outros estados do Nordeste, mesmo lançando mão de pesados incentivos fiscais, não têm sido bem-sucedidos na atração de investimentos. Isso parece confirmar a observação de FARREL (1996) de que os subsídios estaduais só funcionam quando a área atende às necessidades empresariais de trabalho, mercado, infra-estrutura e educação/treinamento. Paralelamente, o fato de a Bahia ter tido sucesso na atração de montadoras automoto-

tivas mostra que mesmo determinadas indústrias, identificadas com exigências locacionais mais complexas, podem ser sensíveis a incentivos fiscais, particularmente em determinados nichos¹².

Feitas essas observações, será examinada um pouco mais detalhadamente a inserção da Bahia nesse quadro, antes de se partir para uma análise da alocação setorial e regional dos investimentos no Estado. Em nossa opinião, no caso particular da economia baiana, dados os condicionantes discutidos, o seu potencial de crescimento futuro autonomiza-se parcialmente em relação às taxas de crescimento dos anos anteriores. A Bahia vive hoje um momento singular, em que as chances de expansão do nível de atividade econômica apresentam-se elevadas, uma vez que o Estado conta com vantagens importantes, derivadas tanto da sua base produtiva e de recursos naturais como da sua forte capacidade de negociação empresarial e articulação política.

É certo que há ainda lacunas a serem preenchidas, especialmente no que se refere às deficiências encontradas na infra-estrutura básica disponível (transporte, saneamento, energia, saúde, educação). Todavia, a reunião de elementos gestados no ciclo de expansão dos anos 70 e mesmo no período de estagnação subsequente, aliados aos rearranjos institucionais que começam a tomar uma forma mais definida, permite antever um período de expansão produtiva e reordenamento estrutural da economia baiana.

A realidade é que, respeitadas as limitações de um Estado menos desenvolvido no contexto brasileiro, a Bahia dispõe, simultaneamente, de fatores capazes de atrair indústrias baseadas em recursos naturais, outras guiadas sobretudo por incentivos fiscais e também algumas mais exigentes, que precisam situar-se em um ambiente econômico com

¹² No caso do Nordeste, é importante registrar que vieram sobretudo fabricantes de motocicletas e utilitários, o que sugere que a concorrência nesses nichos deve ser mais sensível a custos. Além dos incentivos fiscais, outros fatores locacionais contaram na atração desses investimentos, explicando o sucesso da Bahia, mais particularmente da Região Metropolitana de Salvador, e o fracasso de outros estados.

externalidades significativas em termos de infraestrutura, indústrias correlatas e serviços de suporte. É justamente por reunir esse *mix* de vantagens que o Estado ocupa uma posição de destaque na lista de investimentos anunciados para os próximos anos, resultante, em grande parte, do ingresso de novas multinacionais no País.

A Bahia, que detém cerca de 4,5% do PIB brasileiro, deve atrair 9,4% dos US\$ 73,4 bilhões em investimentos previstos pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1996) até o ano 2000. Sendo a sexta economia do País, está em quarto lugar na atração desses recursos, situando-se atrás apenas dos três maiores estados do Sudeste. Mesmo os dados de RODRIGUES (1997), embora menos significativos, apontam perspectivas positivas para a Bahia. Considerando os investimentos anunciados em 1996 e previstos para o período 1996-2000, as informações levantadas para a Bahia indicam que o Estado atrairá cerca de 5,0% dos investimentos cujo destino geográfico está identificado. Deve-se observar que esses levantamentos são anteriores ao anúncio da instalação de montadoras no Estado. Já as informações da Gazeta Mercantil (UMA ONDA..., 1997) são ainda mais positivas, posto que a Bahia deve atrair, segundo o diretor-presidente deste jornal, Luiz Fernando Ferreira Levy, cerca de R\$ 14 bilhões em investimentos (públicos e privados) até 2003 - um valor superior ao registrado pelo Paraná, que, sendo a quinta economia do País e estando localizado no polígono de Diniz, deverá receber R\$ 9,6 bilhões. Evidentemente, essas cifras representam apenas intenções de investimentos, mas fornecem parâmetros para uma análise das tendências de crescimento econômico nos próximos anos.

O fato é que, dentre os estados situados na área incentivada da Sudene, ou mesmo entre aqueles beneficiados pela MP 1.532, que concede incentivos diferenciados para a indústria automobilística, a Bahia é o que reúne maiores vantagens competitivas de caráter sistêmico. Dentre todos, desponta como a economia mais desenvolvida, seja pela densidade de seu tecido produtivo, seja pela relativa disponibilidade e funcionalidade de sua infraestrutura. Paralelamente, sua localização privilegiada

da a capacidade de articular fluxos econômicos entre o Nordeste e o Sudeste do País. Por fim, além de contar com vantagens naturais também para a atividade florestal, abriga boa parte de uma das últimas fronteiras agrícolas do Brasil: o cerrado setentrional.

Apesar de não ser um Estado particularmente bem dotado em termos das chamadas vantagens competitivas não tradicionais, a Bahia, como será melhor examinado posteriormente, dispõe de externalidades fortemente concentradas na Região Metropolitana de Salvador, que propiciam a atração de indústrias mais exigentes. Quando isto se soma aos elementos antes referidos, não surpreende o fato de que um Estado responsável por cerca de 36,0% do PIB regional concentre 53,4% dos investimentos previstos para o Nordeste até o final deste século (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1996) - ou 42,0%, de acordo com RODRIGUES (1997).

4 - RUMO A UMA NOVA CONFIGURAÇÃO SETORIAL DA INDÚSTRIA

A atração dos novos investimentos, além de consolidar uma fase expansiva para a economia estadual, cria oportunidades para que se redefinam as bases produtivas setoriais e o ordenamento espacial dessas atividades. Nesse contexto, cabe analisar a distribuição geográfica e setorial dos investimentos previstos para o Estado, de modo a verificar as principais tendências em termos de concentração/desconcentração da atividade econômica, nos próximos anos. Para tanto, foram utilizados dados da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM), referentes aos investimentos industriais de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões anunciados para o Estado no período 1997/2004¹³.

¹³ Foram utilizados dados divulgados até abril de 1997. Como novos investimentos ainda vêm sendo anunciados e os projetos já confirmados podem vir a sofrer alterações, os números apresentados servem apenas como referência para as tendências que se afiguram para os próximos anos.

Um exame da TABELA 1, que agrega os projetos industriais mencionados por complexo produtivo, revela as principais tendências em termos da reconfiguração setorial da estrutura produtiva baiana. É importante salientar, porém, que tais números devem ser relativizados, uma vez que dizem respeito à participação de cada segmento no valor dos investimentos industriais, ao passo que a referência estatística mais comum é a participação percentual dos diversos segmentos no Valor Agregado Bruto da indústria (VAB). As diferentes intensidades de capital, que variam com as especificidades de cada setor, ao lado da existência de distintos graus de antecipação da capacidade produtiva, são elementos que contribuem para diferenciar essas variáveis, apesar de não inviabilizarem a análise.

TABELA 1

PROJETOS INDUSTRIAIS POR COMPLEXO PRODUTIVO BAHIA - 1997/2004

Complexo	Ampliação		Implantação		Total	
	Valor (US\$ mil)	%	Valor (US\$ mil)	%	Valor (US\$ mil)	%

O setor Químico, atual carro-chefe da economia baiana, vem passando por um processo intenso de reestruturação, que tem como principais pressupostos, além da globalização econômica e da estabilização de preços, o acirramento da concorrência - derivado da maior abertura comercial - e os processos de privatização em curso. Enquanto a maior exposição à competição internacional impõe uma acelerada reorganização gerencial e produtiva, com vistas à redução de custos e a incrementos constantes de produtividade, a saída do sócio estatal facilita um movimento de fusões e aquisições que vai aos poucos viabilizando uma escala empresarial e de produção capaz de fazer frente às atuais exigências do mercado.

Nesse processo, empreender estratégias de integração competitiva entre a petroquímica brasileira e a mundial torna-se um procedimento essencial a um desempenho de sucesso e à própria sobrevivência do capital nacional aplicado. As empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari parecem ter incorporado essa lógica, e contam, por isso mesmo, com elevadas chances de sobrevivência. Estruturando-se em bases modernas e cientes das novas exigências concorrenciais, tendem a manter-se viçosas e a continuar representando uma parcela expressiva da atividade econômica estadual.

Todavia, o fortalecimento de outros segmentos industriais tem determinado uma tendência à desconcentração setorial, que pode ser percebida na redução gradual do percentual referente à indústria química no VAB da indústria de transformação estadual e na maior dispersão dos investimentos previstos para os próximos anos. Dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) mostram que, entre 1985 e 1995, a participação da indústria Química no valor agregado bruto industrial passou de 53,7% para 45,3%. A TABELA anterior, por sua vez, indica que, embora 50,0% dos investimentos de ampliação se concentrem no setor químico, em função da sua significativa participação na estrutura atual da indústria baiana, apenas 21,7% dos recursos previstos para a implantação de novos projetos são direcionados para esse segmento.

Assim, apesar da indústria química baiana ser alvo do maior volume de investimentos totais anunciados para o período 1997/2004, ocupa o terceiro lugar na absorção de investimentos destinados à implantação de novas unidades de produção, sendo ultrapassada pelos segmentos Meta-Mecânico e Madeireiro. Esse dois complexos produtivos, de fato, devem ocupar uma parcela crescente do VAB da indústria baiana nos próximos anos, sendo os principais eixos do importante movimento de desconcentração setorial que se inicia.

O Complexo Madeireiro, que inclui todas as atividades produtivas derivadas da extração de madeira, vem, já há algum tempo, apresentando elevadas taxas de expansão, que o fazem responder por parcelas crescentes do valor da produção industrial da Bahia - em 1995, esse segmento representava aproximadamente 7% do VAB da indústria baiana. Caracterizado por grandes plantas de produção de celulose, responsáveis por um altíssimo volume de inversões, conta com grandes vantagens concorrenciais, apoiadas na expansão dos seus mercados de consumo, nos excelentes índices de produtividade dos plantios regionais e nos reduzidos custos, decorrentes fundamentalmente do preço da terra no Estado.

Este setor, além de contar com possibilidades concretas de expansão das suas atividades em função do aumento da produção de papel e celulose (sem dúvida alguma seu eixo de produção mais representativo), pode também vir a aproveitar oportunidades de investimentos vinculadas aos ramos de produção de compensados/aglomerados, postes e móveis de madeira. Em sua totalidade, abrange 26,6% do valor dos investimentos totais previstos até 2004, 27,4% dos recursos destinados à ampliação de plantas industriais já existentes e 26% das inversões direcionadas à implantação de novas plantas produtivas¹⁴.

¹⁴ Cabe, nesse ponto, observar que o levantamento da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração inclui, entre os investimentos industriais, aqueles referentes à formação de florestas pelas empresas de celulose, que são verticalizadas. Isso pode gerar uma distorção, levando a uma superestimação dos investimentos industriais nesse setor e, por conseguinte, no Extremo Sul da Bahia, onde está localizada essa base florestal. Deve-se considerar, porém, que esse diferencial

O complexo Meta-Mecânico, que já ocupava uma posição de certo destaque no conjunto da economia estadual em função do desenvolvimento das atividades de prospecção de petróleo, siderurgia e produção de alumínio, cobre e ferro-ligas, também apresenta perspectivas de expansão, respaldadas pelo volume de investimentos de implantação de montadoras automobilísticas anunciados. É importante salientar que os impactos da vinda dessas montadoras sobre a economia baiana dependerão dos modelos de organização da produção a serem implementados e, conseqüentemente, da sua capacidade de formação de uma cadeia produtiva no próprio Estado. Nesse sentido, a opção pela montagem de veículos a partir da importação de componentes e sistemas inteiros deverá exercer impactos reduzidos. Por outro lado, na medida em que se concretizem os novos investimentos, bem como a vinda de fornecedores, ter-se-á geração de empregos e efeitos multiplicadores sobre a base produtiva estadual.

Em quaisquer das hipóteses, porém, observa-se um processo de reestruturação, que modifica as bases setoriais de produção no Estado. Os ciclos de expansão do segmento passarão a ser definidos pelos ramos de produção de bens finais, que obedecem a uma lógica diversa da que vem dominando a atual produção meta-mecânica da Bahia. No caso da formação de uma cadeia de fornecimento para as montadoras, adicionalmente, em função de exigências tecnológicas e de capital, pode-se estimular a formação de *joint-ventures* dedicadas à produção de autopeças, o que contribuirá para uma reformulação das bases empresariais e das formas de gestão da produção.

As antigas empresas, que se concentram nos primeiros estágios da produção de bens básicos, provavelmente sentirão os impactos do novo *boom* setorial, usufruindo, em alguma medida, dos efeitos benéficos da expansão meta-mecânica no Estado. Até o momento, porém, ainda não foi divulgado nenhum projeto de ampliação nesse segmento, que teve a sua expansão desencadeada por fatores in-

perde relevância no agregado dos investimentos, modificando muito pouco as participações relativas do Complexo Madeireiro e da Região Extremo Sul.

teiramente desvinculados da base de produção pre-existente.

Vale chamar atenção para o fato de que as empresas já implantadas (algumas das quais recentemente privatizadas) podem registrar também uma expansão vinculada ao crescimento das atividades petroquímicas (sobretudo nas áreas de montagem e serviços industriais) e agroindustriais. Os *links* existentes entre os setores meta-mecânico e agroindustrial estaduais são hoje muito pouco desenvolvidos, podendo se fortalecer à medida que se viabilizem uma maior escala de produção e níveis de intensidade tecnológica mais elevados. Dada a relevância da atividade agroindustrial no Estado, é de se esperar que o impulso recente ao parque meta-mecânico baiano se materialize no estabelecimento de vínculos intersetoriais mais sólidos. De todo modo, não se pode esquecer que o efetivo estabelecimento de elos entre esses setores variará de acordo com o porte do complexo meta-mecânico. Determinados segmentos, cujas exigências de escala superam a capacidade demandante do parque agroindustrial estadual, e mesmo regional, não terão possibilidades de desenvolvimento no Estado.

Por outro lado, as indústrias integrantes do complexo agroindustrial têm, efetivamente, uma grande representatividade no valor agregado bruto da indústria baiana, respondendo, adicionalmente, por uma parcela significativa do total dos investimentos anunciados. Incluindo-se nesse complexo, além das unidades de produção de alimentos, bebidas e fumo, algumas indústrias têxteis (vinculadas à produção de sisal) e outras alocadas no Complexo Madeireiro, chega-se a um percentual de 35,2% do valor global dos projetos. Esse percentual, superior inclusive ao índice referente à participação do segmento Químico/Petroquímico (34,2%), amplia-se para 40,0% quando se consideram apenas os investimentos de implantação previstos para o período.

Restringindo-se o foco de análise apenas às empresas alimentares, observa-se que são responsáveis por 5,6% do total dos investimentos anunciados, 9,9% dos projetos de implantação e apenas 0,3% do montante destinado à ampliação de plantas já existentes. Mais importante do que esses percentuais, porém, é a distribuição interna dos projetos,

que se concentram na cadeia grãos-carne, responsável por mais de 76% dos investimentos em novas plantas alimentares. Isso indica uma transformação da estrutura do complexo agroalimentar na Bahia, com elevação da participação relativa de segmentos mais modernos.

Observa-se também, nesse setor, uma expressiva tendência à verticalização das cadeias produtivas em direção à produção de bens finais no próprio Estado. Do total de investimentos divulgados, estima-se que cerca de 60% destinem-se ao fornecimento de bens alimentares de consumo final.

No segmento produtor de bebidas e fumos, a importância da participação dos bens finais é ainda mais marcante. Todos os investimentos de ampliação e implantação anunciados dizem respeito à fabricação de mercadorias de consumo final, concentrando-se especialmente na produção de cerveja, que conta com um mercado regional de grandes dimensões.

O mercado nordestino de bebidas, de fato, apresenta perspectivas de expansão francamente favoráveis, em função da inclusão de novos consumidores beneficiados pelo fim do imposto inflacionário. Além disso, o surgimento de novos nichos de mercado abre caminho para investimentos incrementais, que podem levar a uma maior diversificação da produção de bebidas na Bahia (sobretudo nos ramos de produção láctea e de derivados de frutas). No segmento lácteo, inclusive, já se pode observar no Estado um processo de reestruturação, marcado por investimentos multinacionais que têm estimulado um importante movimento de modernização gerencial e produtiva.

Outro segmento que vem passando por vigorosas transformações em nível nacional é o de calçados, têxteis e confecções. Abruptamente forçado a renovar-se para garantir a sua sobrevivência, diante do acirramento da concorrência provocado pela maior abertura comercial, o setor (especialmente as empresas produtoras de calçados) vem optando pela realocação das suas unidades industriais, em busca de condições de produção mais competitivas. A Bahia, bem como outros estados nordestinos, beneficia-se desse movimento de repolarização,

absorvendo várias empresas atraídas pelas facilidades logísticas e, sobretudo, pelo custo da mão-de-obra disponível. Apesar dessa dinâmica, o conjunto de atividades mencionado representa apenas 1,6% do valor dos projetos de implantação previstos e menos de 1% do total dos investimentos (implantação + ampliação) agregados na TABELA 1.¹⁵

O segmento de Eletroeletrônicos, por sua vez, não parece despontar ainda como uma base de atração de investimentos que venha a resultar em uma importante rota de desconcentração setorial da indústria baiana. Dentre os recursos anunciados para implantação, apenas 0,8% destinam-se a esse complexo. Um programa de incentivos fiscais, dedicado a potencializar o desenvolvimento desse segmento na Região Sul do Estado, assegurou a instalação de algumas empresas eletroeletrônicas e respalda os seis projetos de implantação divulgados nesse segmento. Todavia, devido ao reduzido lapso de tempo decorrido desde o início da constituição do pólo tecnológico baiano, não se pode afirmar com segurança que a expansão eletro-eletrônica no Estado conte com mecanismos de sustentação de longo prazo.

O setor de transformação petroquímica, por outro lado, apesar de apresentar-se como o menos representativo na absorção dos recursos a serem investidos (esse segmento conta com apenas 0,1% do total dos investimentos de ampliação, 0,3% do valor dos projetos de implantação e 0,2% do volume global de investimentos anunciados), possui especificidades que o tornam um importante pilar da análise aqui empreendida:

- Em primeiro lugar, a sua estreita vinculação com as empresas de primeira e segunda geração petroquímicas (atual base de sustentação da indústria baiana) facilita arranjos cooperativos no próprio Estado, com vistas à obtenção de uma escala de operação que viabilize a capacitação tecnológica e o compartilhamento de ganhos comerciais;

¹⁵ Estes percentuais tendem a tornar-se mais significativos, uma vez que outras empresas têm manifestado interesse em instalar-se na Bahia.

- Em segundo lugar, por ser mais intensiva em mão-de-obra, menos dependente do desenvolvimento de tecnologias de processo, requerer menores plantas de produção e ser uma indústria receptora de inovações, entre outras características, encontra um ambiente propício para o seu desenvolvimento na Bahia;
- Por fim, os novos investimentos automobilísticos podem criar um cenário favorável à dinamização do mercado de plásticos local, que tende ainda a estabelecer articulações mais firmes com os ramos de material de construção, embalagens e produtos para a agricultura.

Desse modo, apesar dos poucos investimentos até agora anunciados, é possível que a indústria de transformação petroquímica venha a se destacar, a médio prazo, como eixo de novos investimentos industriais na Bahia. Vale salientar que o processo de verticalização da cadeia petroquímica no Estado traz ainda, como vantagem, a redução da vulnerabilidade empresarial às flutuações cíclicas do mercado de *commodities*, à medida que amplia as possibilidades de diferenciação dos produtos e estimula a expansão da oferta local de bens finais.

As atividades Mineral e de Beneficiamento, que integram o último dos complexos produtivos enfocados, ocupam hoje um expressivo espaço na estrutura produtiva estadual, tendendo a se conservarem importantes, apesar de cederem lugar aos demais segmentos industriais mencionados. O valor dos investimentos previstos para esse ramo é superado apenas pelos recursos anunciados para o complexo Químico, Madeireiro e Metal-Mecânico, embora o total alocado em projetos de implantação nessa área seja relativamente pouco significativo.

A Bahia, que possui uma conformação geológica propícia à formação de jazidas minerais, ocupa o terceiro lugar na matriz de produção mineral brasileira. Como o complexo mineral e de beneficiamento tem um elevado poder de indução sobre as demais atividades econômicas, bem como fortes impactos sociais sobre a área de influência dos empreendimentos, os investimentos mencionados tendem a repercutir positivamente sobre o processo de desconcentração setorial e espacial das atividades

econômicas no Estado. Assim, a Bahia deve aproveitar as suas potencialidades nesse segmento, sobretudo no que se refere à produção de pedras ornamentais e materiais cerâmicos.

Para finalizar esse bloco, cabe fazer algumas considerações acerca da distribuição dos investimentos anunciados segundo o valor agregado dos produtos (mercado de bens intermediários ou finais). A relevância de uma investigação dessa natureza reside no fato de que a indústria baiana concentra fortemente as suas atividades na produção de bens intermediários, não tendo conseguido avançar ainda na verticalização das suas cadeias produtivas rumo à fabricação de bens destinados ao mercado de consumo final.

Os investimentos previstos para o período 1997/2004, porém, permitem antever a possibilidade de uma certa modificação desse perfil produtivo. Embora do valor total dos projetos de ampliação anunciados apenas aproximadamente 4% se relacionem à produção de bens finais (o que perfaz um montante da ordem de US\$ 176 milhões), cerca de 40% dos recursos vinculados aos investimentos de implantação destinam-se a viabilizar a produção de artigos direcionados para mercados de consumo final (em valores monetários, esse percentual corresponde a investimentos na faixa de US\$ 2,1 bilhões).

No âmbito dos investimentos de ampliação vinculados à oferta de bens finais, destacam-se os segmentos de bebidas, químico e as embalagens de papelão. Por sua vez, os produtos finais a serem gerados pelos investimentos de implantação divulgados dizem respeito, sobretudo, à indústria automobilística, à cadeia alimentar (especialmente ao segmento grãos/carnes) e à indústria de calçados.

A importância de uma possível reformulação do padrão de oferta da indústria baiana traduz-se na redução da sua vulnerabilidade às vicissitudes dos mercados compradores de bens intermediários (em geral padronizados), na possibilidade de desencadeamento de uma dinâmica produtiva e comercial mais moderna, atrelada a estratégias de diversificação/diferenciação do produto e à conquista de nichos de mercado mais atraentes, e no aumento do

valor agregado no próprio Estado, que pode repercutir positivamente sobre os seus níveis de emprego e renda.

5 - A CONFORMAÇÃO ESPACIAL DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

O desenvolvimento industrial da Bahia assumiu, desde o seu princípio, uma configuração espacial concentrada, que refletia a estratégia de potencialização dos recursos aplicados. Os reduzidos volumes de inversões, associados às carências de infra-estrutura da Região, inviabilizavam quaisquer movimentos de dispersão, sob pena de virem a comprometer os resultados do processo de industrialização estadual.

No anos 60 e 70, a localização dos grandes projetos industriais no Centro Industrial de Aratu e no Pólo Petroquímico de Camaçari, bem como os investimentos em infra-estrutura de suporte, seguiram essa mesma lógica, acentuando a concentração espacial da estrutura industrial baiana. Não há dúvidas de que esta configuração territorial foi, e continua sendo, um dos fatores responsáveis pela sustentação de um modelo de distribuição de renda socialmente indesejável. Todavia, foi justamente a concentração dos investimentos na RMS - ou na macrorregião Salvador-Feira de Santana¹⁶ -, que possibilitou a geração de economias de aglomeração que viabilizaram o intenso processo de acumulação de capital ocorrido ao longo da década de 70. Sem a adoção deste modelo concentrado, o processo de desenvolvimento industrial da Bahia seria, na melhor das hipóteses, muito mais lento e menos intenso.

Ao longo da década de 80, embora a RMS tenha continuado a ocupar o centro das atenções dos investidores industriais e dos gestores de políticas públicas de apoio a novos investimentos - sobretudo em função da continuidade dos projetos iniciados anteriormente em Camaçari -, algumas outras regiões do Estado ganharam certo destaque econômico. Entretanto, os movimentos de expansão observados não chegaram a se traduzir em uma nova conformação territorial da indústria, de modo que

¹⁶ PORTO & CARVALHO (1996) identificam uma concentração da atividade econômica na Macrorregião Salvador-Feira, que possui as principais economias de aglomeração, equipamentos industriais e centros urbanos.

se perpetua, nos anos 90, um modelo de distribuição das atividades industriais concentrado na RMS¹⁷.

Não se nega, como já foi dito, a funcionalidade da existência de uma área industrial mais densa, dotada de melhor infra-estrutura física e marcada pela possibilidade de estabelecimento de vínculos interindustriais passíveis de impulsionar novos investimentos. Todavia, a partir de um certo estágio de desenvolvimento industrial, a formação de pólos interiorizados, capazes de sustentar uma redistribuição das atividades econômicas, evitando possíveis deseconomias de aglomeração e gerando novos focos de irradiação do desenvolvimento, apresenta-se como uma estratégia oportuna.

A inflexão que hoje marca o movimento de expansão industrial do Estado, ilustrada a partir do perfil dos investimentos previstos para os próximos anos, cria um cenário propício para a discussão da configuração espacial da indústria baiana. Observar as principais tendências que se delineiam, procurando avaliar os impactos dos novos investimentos sobre a espacialização das atividades industriais na Bahia, é fundamental para a definição dos contornos do ciclo de expansão econômica que ora se inicia.

6 - A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS

A TABELA 2, que agrega por região econômica os projetos industriais anunciados para o período 1997/2004, permite que se analise a distribuição geográfica dos investimentos. Chama atenção, de imediato, a elevada concentração regional dos valores, que se em parte reflete a atual estrutura concentrada da indústria, não deixa também de indicar uma tendência à manutenção dos baixos níveis de difusão espacial do desenvolvimento.

¹⁷ A RMS detinha, em 1995, cerca de 73% do faturamento industrial registrado, segundo o Centro das Indústrias do Estado da Bahia (CIEB) (BAHIA, 1996).

TABELA 2
PROJETOS INDUSTRIAIS POR REGIÃO
BAHIA - 1997/2004

Região	Ampliação		Implantação		Total	
	Valor (US\$ mil)	%	Valor (US\$ mil)	%	Valor (US\$ mil)	%
Metropolitana de Salvador	2.820.689	68,4%	2.771.169	53,5%	5.591.858	60,1%
Extremo Sul	1.108.000	26,9%	1.391.634	26,8%	2.499.634	26,9%
Paraguaçu	102.284	2,5%	217.806	4,2%	320.090	3,4%
Oeste	11.106	0,3%	244.866	4,7%	255.972	2,8%
Serra Geral	34.350	0,8%	209.500	4,0%	243.850	2,6%
Litoral Norte	0	0,0%	192.800	3,7%	192.800	2,1%
Sudoeste	0	0,0%	70.000	1,4%	70.000	0,8%
Litoral Sul	0	0,0%	46.745	0,9%	46.745	0,5%
Piemonte da Diamantina	42.446	1,0%	4.200	0,1%	46.646	0,5%
Baixo Médio São Francisco	0	0,0%	32.200	0,6%	32.200	0,3%
Nordeste	3.086	0,1%	3.300	0,1%	6.386	0,1%
Outras *	0	0%	0	0%	0	0%
Total	4.121.961	100,0%	5.184.220	100,0%	9.306.181	100,0%

FONTE: BAHIA (1997)

* Recôncavo Sul, Irecê, Chapada Diamantina e Médio São Francisco.

Das 15 regiões econômicas do Estado, 11 fazem parte da listagem dos investimentos divulgados. A RMS, com 60,1% do valor total dos projetos, não se beneficia apenas da alocação de recursos na ampliação de empreendimentos já instalados, mas conta também com 53,5% do montante referente à implantação de novas unidades de produção. O mesmo acontece com a Região do Extremo Sul, que concentra 26,9% dos recursos previstos para investimentos, em função do elevado valor das plantas de produção de celulose. Estas duas áreas, conjuntamente, respondem por 95,3% dos totais alocados na ampliação de plantas industriais em funcionamento, 80,3% do valor dos projetos de implantação e 87,0% do volume total (ampliação + implantação) de recursos a serem investidos na indústria do Estado.

A Região do Paraguaçu, que inclui o Município de Feira de Santana, aparece, por este motivo, como terceira colocada no *ranking* de atração de investimentos estaduais, mas com apenas 3,4% do valor total dos projetos. As demais áreas contempladas com algum tipo de investimento industrial detêm um percentual inferior a 3%, sendo que cinco delas não respondem sequer por 1% do montante relativo aos projetos divulgados.

De todo modo, deve-se mencionar o Oeste como um vetor de desconcentração da economia estadual. Embora detenha apenas 0,3% dos investimentos de ampliação, a Região é responsável por 4,7% dos investimentos de implantação, superando o Paraguaçu nessa categoria. Isso mostra a importância da cadeia grãos-carne como vetor de desconcentração do desenvolvimento e aponta a tendência ao fortalecimento do Oeste. Não se pode esquecer, porém, que esta Região ainda tem uma participação pouco significativa no valor da produção industrial do Estado, e mesmo no total dos investimentos previstos.

Ratifica-se, assim, a afirmativa de que a difusão espacial dos investimentos industriais não é uma tendência clara no novo ciclo de desenvolvimento da Bahia. A expansão industrial da RMS, ou da macrorregião Salvador-Feira de Santana, obedece à lógica de aproveitamento das economias de aglomeração criadas, uma vez que a densificação econômica desta área ainda não atingiu o seu ponto de saturação.

Porém, a despeito de se reconhecer que ainda há espaço para o crescimento da indústria localiza-

da na RMS, não se minimiza a importância do fortalecimento industrial de outros espaços, com vistas a evitar futuras deseconomias, resultantes do crescente custo de implantação e operação de empresas em pólos industriais que já atingiram o seu tamanho ótimo. Ademais, a criação de novos eixos industriais, além de induzir uma melhor distribuição de emprego e renda no Estado, pressupõe a montagem de uma rede de infraestrutura de suporte, capaz de assegurar às unidades de produção custos mais competitivos. Deste modo, garante aos investidores um maior leque de opções locais dentro do Estado, o que assegura à Bahia condições concorrenciais mais favoráveis para a atração de novos investimentos.

A especialização dessas novas áreas industriais em certas atividades produtivas, vinculadas à disponibilidade de fatores de produção, à base econômica já implantada e/ou a incentivos de qualquer natureza, poderia, adicionalmente, gerar importantes sinergias, que, traduzidas em vantagens competitivas, estimulariam progressivamente a vinda de novos empreendimentos. A formação e o fortalecimento de *clusters*, caracterizados pela concentração geográfica e especialização setorial e entendidos como núcleos integrados de empresas, amparadas por uma rede de fornecedores de produtos/serviços e por instituições capazes de oferecer suporte tecnológico e financeiro, pela adequada oferta de mão-de-obra, por um ambiente propício aos negócios e pela montagem de infraestrutura física, são objetivos importantes a serem incorporados à formulação de políticas econômicas de cunho setorial, que, concomitantemente, podem cumprir a função de demarcar as principais linhas de política de desenvolvimento regional do Estado da Bahia.

7 - O PAPEL DE CADA SETOR NA ESPACIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BAIANA

Com vistas a contribuir para o aprofundamento das discussões acerca da espacialização da indústria baiana, é fundamental avaliar o potencial de crescimento de cada região, de modo a discutir, ainda que de forma preliminar, as possibilidades de formação de pólos interiorizados. Para tanto, deve-se primeiramente examinar os investimentos de implantação previstos - que por refletirem a entrada de novas empresas são melhores indicadores prospectivos -, buscando apontar perspectivas concretas de expansão para algumas regiões do Estado.

A TABELA 3, que apresenta, em formato matricial, o percentual do valor dos projetos de implantação industrial de cada um dos complexos produtivos trabalhados por região, permite identificar os segmentos capazes de influenciar na reconfiguração espacial da indústria baiana nos próximos anos. Paralelamente, serve também de apoio para uma avaliação do potencial de expansão industrial das diversas regiões econômicas do Estado¹⁸.

¹⁸ É claro que, além dos números dispostos na TABELA 3, informações acerca do volume absoluto dos projetos de implantação e ampliação e da realidade econômica de cada espaço enfocado servem de base para a análise empreendida.

TABELA 3
 PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO INDUSTRIAL POR REGIÃO E POR SEGMENTO
 BAHIA - 1997/2004

	Alimentos	Bebidas e Fumos	Calçados, Têxtil e Confecções	Complexo Madeireiro	Quími-co/Petroquímico	Atividade Mineral e Beneficiamento	Eletr-eletrônico	Metal-Mecânico	Transformação Petroquímica
RMS	4,87	-	9,27	-	100,00	4,61	-	99,82	88,28
Extremo Sul	7,05	1,23	-	100,00	-	0,74	-	0,18	-
Paraguaçu	38,77	7,35	4,48	-	-	-	-	-	-
Oeste	47,71	-	-	-	-	-	-	-	-
Serra Geral	-	-	-	-	-	80,44	-	-	-
Litoral Norte	-	78,43	-	-	-	12,59	-	-	-
Sudoeste	-	-	82,37	-	-	-	-	-	-
Litoral Sul	0,19	0,74	-	-	-	-	100,00	-	11,72
Piemonte da Diamantina	-	-	-	-	-	1,61	-	-	-
Baixo Médio São Francisco	1,40	12,25	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	-	-	3,88	-	-	-	-	-	-
Outras *	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: BAHIA (1997)

* Recôncavo Sul, Irecê, Chapada Diamantina e Médio São Francisco.

Os segmentos integrantes da indústria alimentar estão entre os que contribuem para uma desconcentração geográfica das atividades industriais na Bahia, à medida que direcionam apenas 4,87% do total dos novos investimentos para a RMS. A maior parte dos projetos de implantação nesse segmento (47,71%) tem como localização municípios do Oeste, em função da sua vinculação com a produção de grãos, o que indica uma forte tendência à modernização dos padrões produtivos agrícolas. A Região do Paraguaçu também recebe um elevado percentual desses investimentos (38,77%), devido ao alto valor de um único projeto regional, vinculado à avicultura/suínocultura, localizado em Feira de Santana. A Região do Extremo Sul, por fim, é contemplada com uma parcela não desprezível dos recursos do segmento alimentar (7,05%), favorecendo-se de um projeto de beneficiamento da produção frutícola local.

As atividades de produção de bebidas e fumo também impulsionam o movimento de desconcentração espacial da indústria, uma vez que dirigem 78,43% dos seus investimentos para o Litoral Norte e 12,25% para a Região do Baixo Médio São Fran-

cisco. A RMS, embora acolha um investimento de ampliação nesse segmento, não conta com nenhum recurso destinado à implantação de novas unidades produtivas. O Paraguaçu, por sua vez, responde por 7,36% do total dos projetos de implantação divulgados, em razão da instalação de uma unidade de processamento de fumo, localizada, mais uma vez, no Município de Feira de Santana.

No caso da indústria de Calçados, Têxtil e Confecções, também é nítida a perspectiva de desconcentração espacial das atividades. Com 82,37% dos investimentos voltados para a Região Sudoeste (calçados) e apenas 9,27% destinados à RMS (têxtil), esse complexo produtivo abre ainda a possibilidade de ampliação das atividades econômicas no Nordeste, grande área produtora de sisal da Bahia. A Região do Paraguaçu também deve receber um importante investimento na área têxtil, que se localizará em Feira de Santana.

O Complexo Madeireiro, por sua vez, destina a totalidade dos seus novos investimentos para a Região do Extremo Sul, área de concentração das unidades de produção de celulose na Bahia. Em

função do elevado valor desses projetos (US\$ 1,3 bilhão), intensivos em capital e tecnologia, o segmento madeireiro afigura-se como principal eixo de desconcentração industrial do Estado, apresentando ainda possibilidades de desencadear investimentos derivados, como a produção de móveis e artefatos de madeira.

A atividade Mineral e de Beneficiamento, com investimentos de implantação orçados em US\$ 260,4 milhões, concentra 80,44% dos recursos na região da Serra Geral e 12,59% no Litoral Norte. A RMS, que conta com importantes projetos de ampliação neste segmento, beneficia-se apenas de 4,61% do montante destinado à implantação de novas unidades industriais. Assim, este complexo é também um importante foco de desconcentração da indústria na Bahia, sobretudo quando se leva em consideração o seu poder de encadeamento.

O setor Químico, por outro lado, tende a reforçar o atual padrão de distribuição dos investimentos industriais no Estado, destinando US\$ 1,1 bilhão para a implantação de novas plantas de produção na RMS. Da mesma maneira, o complexo Metal-Mecânico direciona a maior parcela dos recursos anunciados (US\$ 1,6 bilhão) para esta região. É importante observar que, por suas características técnico-produtivas, estes dois setores dependem fortemente da existência de externalidades, sendo natural que convirjam para a RMS. O mesmo acontece com o segmento de Transformação Petroquímica, que se vincula fortemente à produção do Pólo de Camaçari.

O complexo de produção de Eletroeletrônicos, embora concentre os seus investimentos na região do Litoral Sul, parece ser um vértice pouco poderoso de difusão espacial das atividades industriais, em função do reduzido volume de recursos que congrega (US\$ 42,2 milhões). Além disso, ostenta um futuro mais incerto, uma vez que depende de certos condicionantes que precisam ser fortalecidos nos próximos anos. Todavia, não se pode menosprezar a sua importância enquanto elemento dinamizador de uma região que vem enfrentando seríssimos problemas econômicos e sociais.

Assim, a relativa centralização regional dos investimentos anunciados e as reais condições de absorção de novos empreendimentos pelos espaços mais industrializados do Estado evidenciam o fato de que ainda há possibilidades de adensamento industrial na RMS ou na macrorregião Salvador-Feira. Todavia, é preciso criar, em paralelo a esta dinâmica de expansão, condições que evitem um movimento futuro de inflexão, decorrente da impossibilidade de manutenção dos níveis de investimento nos espaços tradicionais. Tais condições pressupõem, por um lado, um acompanhamento criterioso por parte dos agentes capazes de assegurar o necessário incremento da infra-estrutura de suporte, requerida para uma expansão das atividades industriais nas zonas mais densas. Por outro, exigem a montagem de mecanismos de sustentação à desconcentração geográfica dos novos investimentos, com vista à formação de pólos industriais interiorizados.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo indica que os próximos anos serão, pelas razões já expostas, de crescimento e transformação estrutural para a economia baiana. As intervenções públicas e as decisões tomadas na década de 70 propiciaram a constituição de um parque produtivo sólido e cujo porte permite a implantação de novos setores industriais, atraídos, entre outros motivos, pela possibilidade de constituição de vínculos intersetoriais. Por outro lado, a fase de redução do dinamismo econômico ocorrida a partir de meados da década passada foi também um período de paulatino desenvolvimento de novas atividades, cuja expansão será um importante vetor da evolução da economia estadual nesta virada de século.

Esses elementos, ao lado de iniciativas políticas de caráter regional, ajudam a explicar o dinamismo esperado para a economia estadual. Há indícios de que algumas áreas da Bahia, particularmente a Região Metropolitana de Salvador, contribuirão para que se verifique uma mudança na configuração do polígono de Diniz. Embora carente de diversas vantagens competitivas não tradicionais, o Estado tem uma base produtiva relativamente den-

sa, ainda que apoiada na produção de bens intermediários e espacialmente concentrada em torno da RMS. É justamente essa concentração espacial, indesejável em outros aspectos, que permite a ocorrência de economias de aglomeração, sem as quais não haveriam incentivos fiscais capazes de atrair setores produtivos mais complexos.

Por outro lado, a localização geográfica, que permite a articulação econômica entre o Sudeste e o Nordeste, a fronteira agrícola do cerrado setentrional, outras vantagens vinculadas a recursos naturais e mesmo o custo da mão-de-obra e os incentivos fiscais regionais colaboram para a absorção de investimentos prevista. Essa configuração econômica *sui generis* permite que a Bahia atraia, simultaneamente, setores produtivos orientados por características locais distintas. Vale repetir uma afirmativa recorrente neste trabalho: apesar dos fatores locais não tradicionais desempenharem um papel significativo na economia globalizada, não se pode esquecer que o peso relativo dos elementos que garantem a competitividade pode variar de acordo com a atividade econômica em questão. A Bahia, a despeito de uma série de deficiências, possui vantagens competitivas tradicionais e algumas não tradicionais. De fato, dentre os estados das regiões menos desenvolvidas do País - e que, portanto, contam com incentivos fiscais regionais -, é o que está melhor situado.

Cabe discutir, entretanto, até que ponto o crescimento esperado pode resultar em uma efetiva transformação setorial e espacial da economia baiana. Do que foi observado, podem ser extraídas algumas conclusões. Do ponto de vista setorial, prevê-se que haverá uma relativa desconcentração industrial, obedecendo, logicamente, aos limites impostos pela própria estrutura produtiva hoje montada. A supremacia da indústria petroquímica estadual deverá ser mantida, de modo que esse setor continuará sendo o carro-chefe da indústria estadual no novo ciclo de expansão que se inicia. Apesar do setor químico permanecer como o mais importante e concentrar o maior valor dos investimentos previstos, surgem novos destaques. À frente da química, em termos de investimentos de implantação de novas fábricas, encontram-se os complexos madeireiro e metal-mecânico, capitaneados, res-

pectivamente, pelas indústrias de celulose e automotiva. Apresentam-se, ainda, relevantes investimentos nas indústrias de alimentos e bebidas e no complexo mineral.

Não basta, entretanto, constatar que haverá uma mudança na estrutura setorial da indústria baiana. É preciso analisar os impactos dessas transformações sobre os padrões produtivos e as relações intersetoriais. A esse respeito, algumas observações devem ser feitas. A indústria automotiva poderá ampliar o mercado da petroquímica estadual e estimular o crescimento do até agora insignificante segmento de transformação petroquímica local, desde que o modelo produtivo das montadoras privilegie a formação de cadeia produtiva no próprio Estado. O complexo madeireiro, por sua vez, poderá ensejar a constituição de um pólo produtor de móveis e outros produtos de maior valor adicionado. Já os empreendimentos integrantes do *agribusiness*, capitaneados pelos projetos alocados na cadeia grãos-carne, deverão ser responsáveis também por uma reestruturação setorial importante, sobretudo em função dos efeitos modernizantes que tendem a exercer sobre as estruturas sociais e produtivas já implantadas.

Uma outra modificação, ainda pouco enfocada, diz respeito à distribuição dos investimentos em termos de valor agregado. Há fortes indícios de que a economia baiana está começando a se verticalizar, no sentido da produção de bens de consumo final. Haverá uma mudança do perfil produtivo estadual, apesar dos bens intermediários tenderem a permanecer, ainda por um bom tempo, como o principal eixo da indústria baiana. De todo modo, foi constatado que, embora apenas 4% do valor dos investimentos de ampliação previstos destinem-se a bens de consumo final, estes representam aproximadamente 40% dos recursos a serem aplicados na implantação de novos empreendimentos. Assim, cerca de 24% do valor dos investimentos industriais previstos destinam-se à produção de bens de consumo final. Isto, conseqüentemente, deve trazer para a economia baiana novos padrões de concorrência, incluindo novas dinâmicas produtivas e maior adensamento das relações intersetoriais.

Passando agora à questão da espacialização dos investimentos, não se pode afirmar que os dados sejam animadores. O padrão anterior, ao concentrar a indústria na RMS e propiciar a formação de economias de aglomeração, induz, no momento atual, a continuidade da concentração, na medida em que as indústrias mais complexas atraídas buscam essas vantagens e, naturalmente, dirigem-se aos espaços mais densos. De alguma forma, a manutenção de uma estrutura geograficamente concentrada é funcional para a atração de investimentos nos setores mais dependentes de externalidades, facilitando a irrupção de uma trajetória expansiva e agilizando o ritmo das transformações setoriais em curso. O fato é que a RMS e o Extremo Sul concentram 87% do valor dos investimentos previstos. Esta última Região, no entanto, aparece com tal relevância devido ao elevado volume de investimentos necessários à operação de plantas de celulose. De todo modo, caracteriza-se como um importante vetor de desconcentração, sobretudo no caso de haver uma verticalização produtiva no espaço regional, de modo a agregar valor aos produtos de origem florestal.

Outras duas regiões que merecem ser citadas, em termos de atração de indústrias, são o Paraguaçu e o Oeste. A primeira delas ocupa o terceiro lugar em valor dos investimentos previstos, mas não pode ser caracterizada como um vetor de desconcentração. Na realidade, esses investimentos beneficiam-se das economias de aglomeração da RMS, constituindo o que PORTO & CARVALHO (1996) denominaram de macrorregião Salvador-Feira. O Oeste, por sua vez, apesar de ser a quarta colocada no *ranking* geral, supera o Paraguaçu no que diz respeito aos investimentos de implantação, graças ao dinamismo dos projetos agroindustriais, concentrados sobretudo na cadeia grãos-carne.

Esses vetores de desconcentração, porém, são ainda muito pouco expressivos. Os segmentos mais dependentes de recursos naturais tendem a exercer um efeito desconcentrador, embora com fortes limites determinados por sua própria magnitude em relação ao total. Tais empreendimentos devem receber uma especial atenção dos responsáveis pela condução das políticas públicas de atração de capitais, uma vez que abrem a possibilidade de forma-

ção de externalidades importantes em regiões ainda pouco densas, podendo contribuir, a médio prazo, para a redução das disparidades econômicas e sociais. Dessa forma, funcionariam como elementos capazes de esmaecer os efeitos nefastos derivados dos indicadores de pobreza e analfabetismo concentrados em certas áreas, que desenhavam um quadro de instabilidade social e criam uma massa de cidadãos virtualmente excluídos do processo de desenvolvimento econômico.

De todo modo, o fato é que há regiões inteiras alijadas dos movimentos de industrialização - e mesmo de qualquer outra atividade econômica relevante. Concentradas no semi-árido, essas áreas apresentam indicadores sociais semelhantes aos do Piauí e dispõem de poucas perspectivas de melhoria. Sobre isso, alguns comentários devem ser feitos. Em primeiro lugar, a excessiva concentração da renda e os baixos indicadores sociais antes mencionados, embora não impeçam a atração de investimentos em curso, não podem ser vistos como economicamente neutros. Na medida em que a exclusão social e econômica concentrada no semi-árido permanece, impõem-se restrições adicionais ao desenvolvimento estadual. Isto porque, de um lado, os excluídos se deslocam, migrando para as maiores cidades e gerando instabilidade social, além de um contingente de mão-de-obra desqualificada e, portanto, inaproveitável para os setores de ponta. De outro lado, não se deve esquecer que a atração de novos investimentos pode garantir, nos próximos anos, boas taxas de crescimento do PIB, mas não assegura um desenvolvimento econômico sustentável.

Para tanto, devem-se construir, paralelamente, vantagens competitivas sustentáveis, incompatíveis com analfabetismo e miséria. A efetiva sustentabilidade de um novo ciclo de industrialização requer a implantação de alicerces sólidos, que sustentem investimentos em infra-estrutura básica, desenvolvimento tecnológico e qualificação da força de trabalho, traçando novos contornos para o modelo de atuação do Estado. Nesse cenário, é preciso criar, antes de mais nada, um arcabouço institucional de suporte à construção de uma rede de infra-estrutura básica, capaz de assegurar à Bahia condições sis-

têmicas pelo menos semelhantes àquelas disponíveis em outros espaços.

Entretanto, isso não é suficiente. Torna-se fundamental ao governo eleger setores e regiões para concentrar os esforços de políticas produtivas, dentro de um plano de ordenamento territorial, de modo a reduzir paulatinamente a concentração espacial da economia baiana. É preciso não apenas incentivar os setores baseados em recursos naturais como vetores de desconcentração, mas, sobretudo, constituir uma infra-estrutura especializada para o apoio a esses segmentos, de modo a propiciar a agregação de valor e facilitar a constituição de *clusters* - que não devem ser apenas vinculados aos recursos naturais, mas também a outros fatores. Para tanto, estimular uma maior participação privada nos processos decisórios, via parcerias intersetoriais e entre os setores público e privado, é um passo fundamental. Onde essas parcerias estiverem mais evoluídas, os resultados aparecerão mais rapidamente.

Adicionalmente, vale chamar atenção para o fato de que a Bahia, assim como os demais estados nordestinos, ainda não pode prescindir do apoio de instrumentos federais diferenciados de incentivo a investimentos regionais e do aporte de recursos públicos em infra-estrutura básica. Mecanismos como a MP da automobilística são interessantes e devem ser estimulados, mas é fundamental que haja uma política regional inserida em um projeto nacional de desenvolvimento e que se construam, paralelamente, mecanismos de estímulo ao aproveitamento do potencial de cada região e à constituição de uma sociedade civil mais justa e evoluída. No Brasil, isto ainda está muito longe de ser realidade e as lideranças políticas do Nordeste têm um importante papel a cumprir nesse processo.

ABSTRACT:

The breakdown of an old development cycle and the signs of a new economic growth model represent a turning point in the history of the State of Bahia. However, the main characteristics of this new industrialization cycle are not yet clearly

delineated. Although some industrial expansion axis could be identified, as well as some specific investment attraction policies, there seems to be more doubts than convictions concerning this new model. The purpose of the present paper is to discuss this new arrangement. It argues that, not only does the attraction of new investments consolidate the earlier expansion phase of the local economy, but also allows the redefinition of its sectorial and geographical configuration. Both sectorial and geographical aspects are focused in this paper so that the concentration / deconcentration trends can be analyzed.

KEY WORDS:

Bahia; Economy; Industry; Investments; Sector Distribution; Spatial Distribution.

9 – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBUQUERQUE, Roberto C., GOMES, Gustavo M. **Nordeste**: os desafios de uma dupla inserção. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. Versão preliminar.

BAHIA. Centro das Indústrias do Estado. **Guia CIEB**: indústrias da Bahia, 1995-1996. Salvador, 1996.

BAHIA. Secretaria de Indústria Comércio e Mineração. **Bahia investimentos**. Salvador, [19--].

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). **Economia brasileira**: comparações regionais. Rio de Janeiro, 1996. Versão preliminar.

COSTA FILHO, Alfredo H. Globalização e políticas regionais na América Latina. In: IPEA. **A política regional na era da globalização**. [S. l.], 1996. (Debates, 12).

COURLET, Claude. Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 1993.

DINIZ, Clélio Campolina, CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, jul. 1996.

FARREL, Chris. The economic war among the states: an overview. In: Federal Bank of Minneapolis. **The region**. Mineapolis, 1996.

BAHIA. Federação das Indústrias do Estado. **Industrialização na Bahia**: construindo uma nova estratégia. Salvador, 1995.

IPEA. **Produto interno bruto por unidade da federação**. 1996. (Texto para Discussão, 424).

BARROS, José Roberto Mendonça de, GOLDENSTEIN, Lídia. O processo de reestruturação da indústria. **Gazeta Mercantil**, 12 ago. 1996.

MENEZES, Vladson. A economia baiana: desafios, óbices e perspectivas. **Bahia-Análise e Dados**, Salvador, v. 5, n. 6, dez. 1995.

NAVI, Khalid, SCHMITZ, Hubert. **Industrial clusters in less developed countries**: review of experiences and research agenda. Institute of Development Studies, 1994. (Discussion Paper, 339).

PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, 13, 1984.

PORTER, Michael. As vantagens competitivas.

Revista Fortuna, Lisboa, dez. 1993.

PORTO, Edgard, CARVALHO, Edmilson. A espacialização da economia baiana: o Mercosul e outras regiões. In: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. **A Bahia no Mercosul**. Salvador, 1996.

POSSAS, Mário. **Estruturas de mercado em oligopólio**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

RODRIGUES, Denise Andrade. **Cenários de desenvolvimento regional**. BNDES, 1997. (Mimeogr.)

UDERMAN, Simone. Os alicerces de um novo ciclo. **Bahia Indústria**, a. 4, n. 46, set. 1996.

UDERMAN, Simone, MENEZES, Vladson. Crescimento e investimentos. **Bahia Indústria**, a. 4, n. 49, jan. 1997.

_____. A espacialização da indústria. **Bahia Indústria**, a. 4, n. 52, abr. 1997.

_____. O novo ciclo de industrialização na Bahia. In: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. **A indústria baiana nos anos 90**. Salvador, 1998.

UMA ONDA de investimentos de R\$ 300 bi. **Gazeta Mercantil**, 15 ago. 1997.